



## FASCISMO, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA NA VISÃO DE GEORGE ORWELL

FASCISM, HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY IN THE VIEW OF GEORGE ORWELL

FASCISMO, DERECHOS HUMANOS Y DEMOCRACIA EN LA VISIÓN DE GEORGE ORWELL

Saulo Barreto Lima Fernandes<sup>1</sup>, Douglas Rodrigues de Sousa<sup>2</sup>

DOI: 10.54899/dcs.v22i79.102

Recibido: 20/12/2025 | Aceptado: 10/01/2025 | Publicación en línea: 03/02/2025.

### RESUMO

O artigo em tela visa analisar a perspectiva de George Orwell sobre as inter-relações entre Fascismo, Direitos Humanos e Democracia discutindo como o autor evidencia os perigos do totalitarismo em detrimento da erosão dos Direitos Humanos sob regimes autoritários, em especial, do fascismo. Além disso, o texto analisará também como os mecanismos de controle social, descredito do termo e a manipulação da linguagem, descritos nos escritos orwellianos, destacam a fragilidade das instituições democráticas frente a narrativas autoritárias e de como a compreensão da palavra e o engajamento ativo da sociedade em geral são essenciais para a preservação da democracia e dos direitos humanos, servindo como alerta contra a ascensão de ideologias fascistas em contextos contemporâneos. Por fim, este estudo convida à reflexão sobre os desafios atuais à democracia e destaca a relevância da crítica de Orwell para a compreensão dos Direitos Humanos em um cenário global marcado por constantes tensões políticas e sociais.

**Palavras-chave:** Fascismo. Direitos Humanos. Democracia. Totalitarismo.

### ABSTRACT

The article in question aims to analyze George Orwell's perspective on the interrelationships between Fascism, Human Rights and Democracy, discussing how the author highlights the dangers of totalitarianism to the detriment of the erosion of Human Rights under authoritarian regimes, especially fascism. Furthermore, the text will also analyze how the mechanisms of social control, discredit of the term and the manipulation of language, described in Orwellian writings, highlight the fragility of democratic institutions in the face of authoritarian narratives and how the understanding of the word and the active engagement of society in general are essential for the preservation of democracy and human rights, serving as a warning against the rise of fascist ideologies in contemporary contexts. Finally, this study invites reflection on the current

<sup>1</sup> Mestre em Teoria Literária, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, Maranhão, Brasil.

E-mail: sauloblif@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3747-1138>

<sup>2</sup> Pós-Doutor em em Literatura pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Presidente Dutra, Maranhão, Brazil.

E-mail: doug.rsousa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3109-8074>

challenges to democracy and highlights the relevance of Orwell's critique for understanding Human Rights in a global scenario marked by constant political and social tensions.

**Keywords:** Fascism. Human Rights. Democracy. Totalitarianism.

## RESUMEN

El artículo en cuestión tiene como objetivo analizar la perspectiva de George Orwell sobre las interrelaciones entre fascismo, derechos humanos y democracia, discutiendo cómo el autor resalta los peligros del totalitarismo en detrimento de la erosión de los derechos humanos bajo regímenes autoritarios, especialmente el fascismo. Además, el texto también analizará cómo los mecanismos de control social, descrédito del término y manipulación del lenguaje, descritos en los escritos orwellianos, ponen de relieve la fragilidad de las instituciones democráticas frente a narrativas autoritarias y cómo la comprensión de la palabra y la participación activa de la sociedad en general es esencial para la preservación de la democracia y los derechos humanos, y sirve como advertencia contra el surgimiento de ideologías fascistas en los contextos contemporáneos. Finalmente, este estudio invita a reflexionar sobre los desafíos actuales a la democracia y destaca la relevancia de la crítica de Orwell para comprender los Derechos Humanos en un escenario global marcado por constantes tensiones políticas y sociales.

**Palabras clave:** Fascismo. Derechos Humanos. Democracia. Totalitarismo.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

---

## INTRODUÇÃO

Atualmente tem sido muito comum a adoção do termo “fascismo” sendo utilizado de maneira sistemática pelos mais variados agentes sociais. Geralmente costuma vir à tona, quando certas ações políticas dialogam com um caráter mais extremado. Em especial, críticas como essas, são direcionadas a figuras que tendem a flertar com o militarismo autoritário, com o nacionalismo exacerbado, com o expansionismo territorial, com a supressão de algumas liberdades individuais, com a intolerância em relação ao pensamento antagônico e assim por diante.

Isso tudo relacionado a líderes que representem e conduzam os demais numa espécie de movimento em torno de sua figura e de sua ideia. Ressalte-se, ainda, que a utilização do termo não é exclusivo dessa ou daquela corrente política e militância. Muitas das vezes é empregado como acusações mútuas de ambos os espectros políticos, que por motivos óbvios, cada um trata de rechaçar veementemente tal rótulo, sobretudo, pelas experiências recentes nada agradáveis.

Apesar de visualizada de forma mais clara no fascismo italiano implantado por Benito Mussolini em 1919, não seria demasiado dizer que esse modelo foi propagado de maneira desastrosa em vários outros países. Por muito tempo figurou como modelo autoritário “tipo exportação” com reflexos, inclusive, na América Latina incluindo seu maior país. Os ideais fascistas atravessaram o Atlântico ganhando certa adesão em países do continente sul latino-americano. O Brasil, pela sua representatividade, não esteve imune a esse fenômeno. Pode-se ver tendências dessa ideologia no governo do Estado Novo de Getúlio Vargas e de forma mais evidente com movimento liderado pelo integralista Plínio Salgado.

## CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DO FASCISMO

Como veremos adiante, por muito tempo, o fascismo almejou auferir certa “legitimidade” por ter alçado ao posto de “antídoto” no sentido ser o único movimento de estancar o crescimento do comunismo que contava na época como seu representante maior a URSS. “O partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários de terras mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução” (Eco, 2019, p. 35). No sentido, portanto, de apreendemos acerca de uma contextualização para esse fenômeno faremos uso do conceito elaborado por Federico Finchelstein. Este autor elabora um panorama do que seria esse fascismo no seu contexto histórico. Em seu recente trabalho “Do Fascismo ao Populismo na História” (2019), o professor de História argentino traça um quadro geral do que vem a significar historicamente tão popularizado termo:

Em termos históricos, o fascismo pode ser definido como uma ideologia mundial com movimentos e regimes nacionais. O fascismo foi um fenômeno internacional dentro e fora da Europa. Como formação contrarrevolucionária moderna, era ultranacionalista, antiliberal e anti-marxista. O fascismo, em suma, não foi um simples movimento reacionário. Seu principal objetivo era destruir a democracia a partir de dentro para criar uma ditadura moderna do topo para a base. Foi produto de uma crise econômica do capitalismo e de uma concomitante crise de representação democrática. Os fascistas internacionais propunham um Estado totalitário em que a pluralidade e a sociedade civil seriam silenciadas, e onde haveria cada vez menos distinções entre o público e o privado e entre o Estado e os seus cidadãos. Nos regimes fascistas, a imprensa independente era proibida e o Estado de Direito completamente destruído. O fascismo defendia uma forma divina, messiânica e carismática de liderança que entendia o líder como organicamente associado ao povo e à nação. Considerava a soberania popular totalmente delegada ao ditador, que agia em nome da comunidade do povo e sabia melhor do que o povo o que este realmente queria. Os fascistas substituíram a história e os conceitos de verdade de base empírica pelo de mito político. Eles tinham uma ideia extremista do inimigo, considerando-o uma ameaça existencial para a nação e para o seu povo, e que tinha de ser primeiro perseguido e depois deportado ou eliminado. Visavam criar uma

ordem mundial nova e histórica através de um *continuum* crescente de extrema violência política e de guerra (Finchelstein, 2019, p. 37).

Presentes, portanto, segundo o pesquisador, alguns elementos que caracterizam o fascismo como os de inserir na *psique* da população um contexto de “terra arrasada”, necessidade imediata contrarrevolução face aos inimigos externos criados, perseguição de políticos e da imprensa livre com uso da violência; isso tudo foi considerado como um meio de mitigar os valores democráticos como uma forma de fazer prosperar a ação fascista em curso. Os fascistas, para subverter esse sistema democrático em vias ainda consolidação, sabiam, que era preciso criar espécie de “cortina de fumaça” com o fito de encobrir toda essa pretensão. Para tanto, no sentido de incutir tal intento, suggestionar sentimentos e facilitar a adesão das massas mediante uma noção de “pertencimento”, buscou-se, de forma estratégica, remeter e se apropriar das “glórias do passado” comum entre todos os italianos.

Nesse sentido acrescenta o pesquisador Antônio de Assis (2022, p. 451) que o “[...] uso instrumental do passado acaba por deformá-lo, em vista das necessidades históricas dos sujeitos que o evocam. Imagens, símbolos, monumentos, governantes, valores dentre outras manifestações da Antiguidade, de cunho social, cultural e político, foram selecionadas e enquadradas a partir de uma ótica ideológica fascista.” Assim dado curso a criação de uma atmosfera de “resgate”, de unificação e de inauguração de um “novo tempo” as lideranças fascistas foram alcançando apoio de uma parcela expressiva entre os italianos. A apropriação de fatos históricos triunfantes, resgate da opulência da Roma antiga e dos césores foram cruciais para criação estética do movimento em suas características visuais, ritualísticas, enfim, de como ia se materializar e externalizar o fascismo italiano em si.

O emblema do fascismo, um feixe de varas chamados *fascis* (*fasci*, em italiano) amarrado em volta de um machado, vinha da Roma Antiga. Representava não só a força por meio da unidade, como também o ressurgimento da grandeza perdida do Império Romano. Como a suástica na Alemanha, estava gravado em prédios, luminárias, chafarizes, soleiras e até em tampas de bueiros. Os pelotões fascistas, com seus postos e formações, eram organizados de acordo com o modelo romano. Havia uma saudação romana e, após 1935, a marcha romana. Além disso, Mussolini mantinha um lobo romano em uma jaula exibida no Capitólio. O Dia do Trabalhador não era mais celebrado em 1º de maio, mas, sim, em 21 de abril, dia da fundação de Roma. Como explicou Mussolini, “as saudações, as músicas e as fórmulas romanas, as comemorações de aniversário e afins são essenciais para atizar as chamas do entusiasmo que mantêm o movimento vivo. Era exatamente igual na Roma Antiga” (Dikötter, 2022, p. 42).

A dimensão que o movimento tomou em seu caráter idílico ao remeter ao passado como algo que deveria ser restaurado figurou como um *modus operandi* que pode ser percebido nos

inúmeros outros “fascismos” implantados em outros países, em especial nos da Europa. A intenção de Mussolini de construir-se como um “mito” salvador, um ser messiânico capaz encontrar solução para todos os problemas não são só sociais e econômicos, mas, também morais ganhou ares somente vistos entre os antigos césores da antiga Roma imperial. Se apropriou dos tempos áureos que tornaram o império romano uma potência mundial da época, inclusive no sentido de justificar um possível expansionismo territorial ao “reaver” antigas colônias como o que aconteceu na invasão do país africano da Etiópia em 1935, conforme veremos mais adiante. Solapar o imaginário coletivo italiano em seu ressurgimento do passado glorioso de algo que foi perdido por conta da nova ameaça personificada no “inimigo preferencial” da vez.

Stanley entende que para melhor entender o fascismo realmente é preciso se atentar ao seu “nascidoiro”:

É natural começar este livro onde a política fascista invariavelmente afirma descobrir sua gênese: no passado. A política fascista invoca um passado mítico puro que foi tragicamente destruído. Dependendo de como a nação é definida, o passado mítico pode ser religiosamente puro, racialmente puro, culturalmente puro ou todos os itens acima. Mas há uma estrutura comum a todas as mitificações fascistas. Em todos os passados míticos fascistas, uma versão extrema da família patriarcal reina soberana, mesmo que há poucas gerações. Recuando mais no tempo, o passado mítico era um tempo de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração. No presente, esses mitos se tornam a base da identidade da nação submetida à política fascista (Stanley, 2018, p. 12).

Era necessário, portanto, perpetrar um movimento duradouro fundamentado no passado como contra resposta a quem ameaçasse a “nova” ordem instalada. Essa atitude atingia frontalmente com a dualidade de oposto tão comum no embate político democrático. Elementos desses conceitos se fazem presentes na obra orwelliana, em especial, em “1984” e em certa medida também em “A Revolução dos Bichos” (1945). Se ater ao fascismo italiano, de certa forma, se faz necessário pois facilita o entendimento quanto aos outros “fascismos” implantados em outros lugares e épocas distintas.

Com intuito de nos auxiliar nessa empreitada faremos uso das teorias formuladas por Umberto Eco intelectual conhecido por ter obras em vários campos do conhecimento, inclusive no campo historiográfico com o seu “História da Beleza” (2004) e também “História da Feiura” (2007) sem falar, entre outros, do seu aclamado romance histórico “Em Nome da Rosa” (1980), cujo enredo se passa no século XIV. Outra particularidade com relação a este autor específico é que ele viveu durante o período estudado tornando-se, portanto, uma testemunha privilegiada

quanto a tal assunto.

O fascismo italiano foi o primeiro a criar uma liturgia militar, um folclore e até mesmo um modo de vestir-se – conseguindo mais sucesso no exterior que Armani, Benetton ou Versace. Foi somente nos anos 1930 que surgiram movimentos fascistas na Inglaterra, com Mosley, e na Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Grécia, Iugoslávia, Espanha, Portugal, Noruega e até na América do Sul, para não falar da Alemanha. Foi o fascismo italiano que convenceu muitos líderes liberais europeus de que o novo regime estava realizando interessantes reformas sociais, capazes de fornecer uma alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista (Eco, 2019, p. 29).

Percebe-se como a experiência italiana serviu para “inspirar” o restante dos países onde foram implantados, inclusive o uso da vestimenta de inspiração militar. Muitos governantes viram nesse período o momento perfeito para pegar “bonde da história”, num modelo que garantisse uma maior permanência no poder sob o pretexto de implantar reformas milagrosas que finalmente resolveriam os anseios populares. Apesar da dimensão que tomaram alguns pensadores entendem que nem todos podem ser considerados totalitários no sentido estrito da palavra. Umberto Eco é um dos adeptos dessa corrente. Entende que não pode ser classificado como um estado totalitário de forma completa, pois segundo ele, o fascismo italiano carecia de uma teoria, uma ideologia que embasasse filosoficamente não só sua instalação mas seu domínio restando portanto somente “retórica”, o discurso. Embora tivesse um movimento chamado “Futurismo”, liderado pelo poeta Filippo Tommaso Marinetti, ainda assim, na visão do Eco – pelo menos nesse quesito – não foi suficiente para fundamentá-lo como totalitário.

O fascismo foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário, nem tanto por sua brandura quanto pela debilidade filosófica de sua ideologia. Ao contrário do que se pensa comumente, o fascismo italiano não tinha uma filosofia própria. O artigo sobre o fascismo assinado por Mussolini para a *Enciclopédia Treccani* foi escrito ou inspirou-se fundamentalmente em Giovanni Gentile, mas refletia uma noção hegeliana tardia do “Estado ético absoluto”, que Mussolini nunca realizou completamente. Mussolini não tinha qualquer filosofia: tinha apenas uma retórica (Eco, 2019, p. 26-28).

Tendo ou não o fascismo italiano se encaixado naquilo que se chama de totalitarismo, isso não o impediu desse movimento incorrer numa das maiores tragédias que um estado totalitário, sem limites, pode cometer – a “banalização da maldade”. “Exportou” não só o modelo marcado pela crueldade com fim último dar cabo à vida humana geralmente em massa, em outros termos, também bastante evocado nos dias atuais – o genocídio. Crimes contra a humanidade, influenciados ou não pelo fascismo em si, e que poderão ser vistos posteriormente nos estados totalitários comandados por Stálin, Hitler, Mao e muitos outros não foram muito diferente quando

o assunto era subjugar o seu povo e/ou de outra nação. Com relação a maior investida que o fascismo italiano perpetrou, onde ficou marcada pelas irrefutáveis violações dos Direitos Humanos fica por conta da famigerada campanha iniciada na Etiópia.

A estratégia do Duce, que deixara seus generais de lado para assumir o comando-geral, era homicida. Mussolini ordenou o uso de centenas de toneladas de gás mostarda não só contra combatentes, mas também contra civis. Em um prenúncio sombrio dos horrores que viriam sob o comando de Hitler e Stalin, o assassinato em escala industrial foi combinado a atrocidades terríveis, uma vez que os etíopes foram decapitados ou executados à beira de valas comuns. Após uma tentativa fracassada de assassinar o general Rodolfo Graziani, houve uma retaliação das forças de ocupação, que mataram 20 mil pessoas em apenas três dias na capital, Adis Abeba. Bebês foram esmagados, grávidas foram estripadas e famílias inteiras foram fuziladas, queimadas, espancadas ou esfaqueadas até a morte. Quando um jornal comparou o conquistador Graziani com Aníbal, Mussolini ficou furioso: apenas ele poderia ser invocado no mesmo patamar dos gigantes da Roma Antiga. Entre o fim de 1935 e 1938, pelo menos 250 mil pessoas morreram na Etiópia em decorrência da guerra (Dikötter, 2022, p. 45-46).

Dessa forma, tendo em vista ações como essas, é importante trazer à tona também uma importante discussão sobre a essência e os fundamentos da democracia, destacando que sua conceptualização vai além da mera formalidade legal. A perspectiva da democracia abordada sugere que a verdadeira democracia deve incorporar um compromisso com os direitos humanos, os quais são indissociáveis do exercício pleno dos direitos e liberdades fundamentais humanos. Este ponto de vista é essencial, pois provoca uma reflexão crítica sobre a adequação das práticas democráticas contemporâneas e nos convida a considerar como as desigualdades podem comprometer a efetividade da democracia em meio a regime como esses. Assim, a análise da democracia deve contemplar não apenas a estrutura institucional, mas também as condições sociais e econômicas que permitem ou dificultam o exercício pleno da cidadania sobretudo em outras viés conforme a ideia a seguir:

Por outro lado, na acepção material, pode-se sustentar que a democracia não se restringe ao primado da legalidade, mas também pressupõe o respeito aos direitos humanos. Isto é, além da instauração do Estado de Direito e das instituições democráticas, a democratização requer o aprofundamento da democracia no cotidiano, por meio do exercício da cidadania e da efetiva apropriação dos direitos humanos. Nesse sentido, não há democracia sem o exercício dos direitos e liberdades fundamentais. A Democracia exige, a igualdade no exercício de direitos civil, políticos, sociais, econômicos e culturais (Piovesan, 2000, p. 228).

## A VISÃO PARTICULAR DE ORWELL SOBRE O FASCISMO E DIREITOS HUMANOS

Analisado, pois, todo esse contexto jurídico, social e histórico, George Orwell em um de seus mais conhecidos artigos “O que é fascismo?” escrito para o jornal londrino *Tribune* em 1944 faz questão de iniciar destacando a relevância do tema em sua época: “De todas as perguntas sem resposta de nosso tempo, talvez a mais importante seja: ‘O que é fascismo?’” (Orwell, 2020, p. 9). Neste escrito, dentre outros, o romancista traça um panorama geral de como enxergava o fascismo, não necessariamente o “italiano”. Fica patente que sua preocupação não era elaborar um conceito “acabado”, mas, sobretudo problematiza-lo sob o pretexto de melhor conhecer a questão, para depois, combatê-la com maior eficiência.

Suas considerações sobre o conteúdo não se restringiam somente a este escrito em si. Independentemente do assunto tratado era sempre muito comum o escritor britânico retornar a temática, *quer* numa resenha *quer* num outro ensaio sobre tópicos variados. A seguir o autor ressalta quando da dificuldade em adequar o termo a um conceito satisfatório e da importância de se atentar as suas variações. Ele destaca também que não é sensato associar o termo a uma característica em específico. Sua consideração é importante, pois, apesar de apresentar algumas características similares, dependendo da localidade o fascismo foi sutilmente se “adaptando” ao contexto sócio político e as culturas locais.

Geralmente assumimos, por exemplo, que o fascismo é inerentemente bélico, que se desenvolve em uma atmosfera de histeria de guerra e que a única solução para os problemas econômicos se dá através da preparação para a guerra ou de conquistas de terras estrangeiras. Isso, porém, claramente não é um fato verdadeiro para, digamos, Portugal ou várias ditaduras sulamericanas. Ou então o antissemitismo deveria ser uma das marcas distintivas do fascismo; mas alguns movimentos fascistas não são antissemitas (Orwell, 2020, p. 9-10).

Outra preocupação sua reside na disseminação e popularização do tema, sobretudo impulsionado pela “imprensa”. Para ele essa prática dificulta a sua identificação além de afastar entendimentos quando das suas discrepâncias que possam haver entre um e outro tipo de “fascismos”. Essa observação se faz relevante pois deve-se sobretudo analisar caso a caso até no sentido de enfrentá-lo, conforme as peculiaridades culturais de cada nação em que foi implantado. Essa ressalva ganha uma certa relevância diante de um agravante maior, pois nos tempos contemporâneos, agora não é só a imprensa que assume esse papel. Hoje com as redes sociais não

só pessoas comuns, no calor das emoções, mas também políticos, jornalistas, *influencers*, *blogueiros* ao fazerem comentários, muitas das vezes de maneira superficial e sem embasamento teórico acerca de um tema tão sério, acabam incorrendo em crassos equívocos (propositais ou não).

Foi na política interna que essa palavra perdeu todo e qualquer vestígio de significado. Caso se examine a imprensa, ficará evidente que quase não há nenhum grupo de pessoas – certamente nenhum partido político nem um corpo organizado de algum tipo – que não tenha sido denunciado como fascista durante os últimos dez anos. Não estou me referindo ao uso verbal do termo “fascista”. Refiro-me ao que vejo que tem saído na imprensa. Vejo os termos “simpatizante ao fascismo”, “de tendência fascista”, ou simplesmente “fascista”, aplicados com toda a seriedade aos grupos listados abaixo (Orwell, 2020, p. 10).

A seguir Orwell elenca o porquê e o ponto a ponto de quem, por algum motivo, foi indevidamente taxado genericamente como “fascista”. Foram eles: “Conservadores”, “socialistas”, “comunistas”, “trotskistas”, “católicos”, “opositores da guerra”, “apoiadores à guerra” e por fim os “nacionalistas”. Em todas essas categorias Orwell, demonstra como elas foram percebidas de maneira enviesada pelo senso comum, inclusive entre aqueles que defendem ideologias ou se posicionam acerca de temas diametralmente antagônicos, como os antifascistas.

Esse fenômeno pode ser comprovado quando Orwell se refere aos “opositores à guerra” onde ele diz que os: “[...] pacifistas e outros que são considerados antiguerra são frequentemente acusados não apenas de tornar as coisas mais fáceis para o Eixo, como de manifestar um sentimento pró-fascista” (Orwell, 2020, p. 11). Essa generalização da palavra acaba, em certa medida se transformando, como um “duplispensamento”, escondendo, ofuscando a real gravidade do problema, tornando cada vez mais o termo passível de desconfiança e descrédito. Qualquer passo que se dê acaba por ser taxado como tal, de certa forma engessando uma possível reação por parte dos agentes capazes de mudar toda e qualquer situação nesse sentido – o povo.

A seguir, no artigo “Fascismo e Democracia”, Orwell comenta ainda:

[...] Os pacifistas que nos asseguram que, se lutarmos contra o fascismo nós mesmos “passaremos a ser fascistas”, esquecem que todo sistema político tem que ser operado por seres humanos, e os seres humanos são influenciados por seu passado. A Inglaterra pode sofrer muitas mudanças degenerativas como resultado da guerra, mas ela não pode, exceto possivelmente pela conquista, ser transformada em uma réplica da Alemanha nazista. Ela pode evoluir para algum tipo de austro-fascismo, mas não para o fascismo do tipo ativo, revolucionário e maligno. O material humano necessário não está presente. Devemos isso a três séculos de segurança e ao fato de não termos sido derrotados na última guerra (Orwell, 2021, p. 17).

A não concordância em usar o termo – a ponto de tornar estéril qualquer oposição contra os movimentos fascistas –, poderia redundar na ideia de um “falso pacifismo” de que não se deve “combater o mal com o mal”. O livro “Pedagogia do Oprimido” (1968), responde bem a esse dilema, no qual toda e qualquer rechaço pela parte atingida é visto como um ato de “barbárie”, “anarquia”, “selvageria” na intenção de tornar infrutífera toda e qualquer resistência. Portanto, vejamos o que diz o pedagogo brasileiro Paulo Freire (2005, p. 48) a esse respeito: “Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor.” Assim, segundo esse pensamento, o fascismo deve sim ser combatido nem que para isso tenha de fazer o uso da “força” como que numa espécie de “legítima defesa” coletiva. Isso visto, em seguida Orwell retoma o raciocínio só que dessa vez agora mais inclinado a concordar com as características gerais do fascismo, que se mostram muitas das vezes implícitos.

No final desse mesmo artigo Orwell conclui:

Mas, escondido por baixo de toda essa confusão, há um tipo de significado oculto. Para começar, está claro que há diferenças muito grandes, algumas delas fáceis de apontar e não tão fáceis de explicar, entre os regimes considerados fascistas e os considerados democráticos. Segundo, se “fascista” significa “em simpatia por Hitler”, algumas das acusações que listei acima são obviamente muito mais justificadas do que outras. Terceiro, mesmo quem utiliza a palavra “fascista” de forma inconsequente para todos os lados atribui a ela um significado emocional. *Por “fascismo”, referem-se a algo cruel, sem escrúpulos, arrogante, obscurantista, antiliberal e anticlasse trabalhadora.* Exceto por um pequeno número de simpatizantes ao fascismo, quase qualquer cidadão inglês irá aceitar a palavra “troglodita” como um sinônimo de “fascista”. Isso é o mais próximo de uma definição a que essa palavra tão abusada chegou (Orwell, 2020, p. 13, grifo nosso).

Mesmo se convencendo das características gerais do fascismo em seu “significado emocional” Orwell não se exime em defender aquilo que vem pregando com tanta ênfase – o uso moderado de um termo que representa algo tão maléfico. Portanto, para isso é preciso ter o cuidado de não banalizar a palavra escamoteando assim a real noção do risco que ela esconde. Por isso importante se atentar a outra preocupação sua – as palavras e sua representação. Inclusive um dos escritos recorrentes em Orwell são concernentes a alguns ensaios em linguística. Orwell não foi o único pensador – mesmo não sendo especificamente da área – que tentou estudar o universo que circundam as palavras.

Sobre elas asseverou o filósofo francês Michel Foucault (1999, p. 107): “Soberana, pois

que as palavras receberam a tarefa e o poder de ‘representar o pensamento’. Mas representar não quer dizer aqui traduzir, dar uma versão visível, fabricar um duplo material que possa, na vertente externa do corpo, reproduzir o pensamento em sua exatidão. Representar deve-se entender no sentido estrito: a linguagem representa o pensamento como o pensamento se representa a si mesmo.” Dessa forma fica patente de como deve-se respeitar os significados das palavras e dos conceitos que elas correspondem, pois toda elaboração de uma definição padrão de um termo, sobretudo no campo das ciências humanas, é bastante problemática como o próprio fez questão de informar nesta:

Mas o fascismo é também um sistema político e econômico. Por que, então, não podemos adotar uma definição clara e popularmente aceita para ela? Céus, não teremos uma pelo menos, por enquanto. Demoraria muito para explicar o porquê, mas basicamente é porque é impossível definir o fascismo de forma satisfatória sem fazer concessões que nem os fascistas propriamente ditos, nem os conservadores ou os socialistas, de quaisquer cores, estão dispostos a fazer. Tudo que podemos fazer no momento é usar a palavra com certo grau de prudência e, ao contrário do que é geralmente feito, não degradá-la ao nível de um xingamento (Orwell, 2020, p. 13).

Por fim, diante do uso indiscriminado por todos os lados tem dificultado uma melhor compreensão do problema, sobretudo, enquanto não se chega a um consenso, Orwell alerta quanto ao seu uso. A sua gravidade, de forma alguma, autoriza a forma imoderada que a palavra “fascismo”, “fascista”, “neofascista” tem sido empregada, nivelando por baixo a um patamar rasteiro como se fosse algo banal sem falar que pode incorrer em falsas acusações. Atribuir a quem não faz *jus* certamente causará prejuízo enorme àqueles que foram taxados como tal, mesmo não os sendo. Isso visto fica a lição de elevar as discussões em torno dele, inclusive quanto ao seu conceito de maneira mais responsável. Sem falar que: “Se todo mundo é fascista, então ninguém é fascista.” Dessa forma, elevar sua categoria ao “tom metafísico” e/ou de “lenda urbana”, não contribui em nada haja vista o que levaria alguém a se preocupar com algo que não há um consenso de que se realmente existe?

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Como considerações finais deste artigo ressaltamos como a análise de George Orwell permanece profundamente relevante em um mundo onde o (neo)fascismo e o totalitarismo ainda ameaçam os alicerces da democracia em pleno Século XXI. Orwell expõe, com clareza, como regimes autoritários distorcem o significado de palavras, utilizando a manipulação da linguagem

como um potente mecanismo de controle social. Essa dinâmica não só ameaça os Direitos Humanos, mas também fragiliza a confiança nas instituições democráticas, que são fundamentais para a promoção da liberdade e da justiça.

A fragilidade das democracias contemporâneas é alarmante, revelando como a complacência social pode abrir espaço para a ascensão de ideologias que, sob capas de proteção e ordem, encobrem práticas tirânicas. A desconfiança nas narrativas oficiais, conforme abordado por Orwell, convoca uma vigilância crítica da sociedade. Por meio da consciência coletiva e do engajamento ativo, é possível subverter os tentáculos do autoritarismo, restabelecendo o valor intrínseco dos Direitos Humanos em sua plenitude.

Por fim, este estudo não apenas lança luz sobre os desafios que assombram a democracia atual, mas também serve como um apelo à ação através do entendimento claro e a valorização do discurso democrático são imprescindíveis para combater a desinformação e a retórica fascista que proliferam, especialmente nas esferas digitais. A crítica orwelliana nos convida a não só refletir, mas a agir ativamente em defesa dos Direitos Humanos e da democracia frente às ameaças autoritárias. Só assim entendemos que a participação consciente e comprometida da sociedade que assegurará um futuro onde a liberdade e a dignidade humana sejam verdadeiramente respeitadas e protegidas.

## REFERÊNCIAS

- ANTÔNIO DE ASSIS, A. **A Ara Pacis Augustae na Itália fascista: breve análise sobre a reagrupação dos fragmentos a partir do Cinegiornale Luce**. Revista Discente Ofícios de Clio, v. 5, n. 9, p. 451, 15 set. 2022.
- DIKÖTTER, Frank. **Como ser um ditador: o culto à personalidade no século XX**. Trad. Paula Diniz. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.
- ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Trad. Eliana Aguiar. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. Lisboa: Edições 70, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- ORWELL, George. **Fascismo e democracia**. Trad. Alexandre Pires Vieira. São Paulo: Montecristo Editora, 2021.

ORWELL, George. **Ensaio**. Trad. Fabrício Zuccherato, Ana Paula Bonjani, Flamarion Caldeira Ramos. Brasil: Pé da Letra, 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos, Democracia e Integração Regional: Os Desafios Da Globalização**. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. São Paulo, n. 54, p. 221-248, ano 2000. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/12881.pdf#page=221> Acesso em: 12.fev.2024.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Trad. Bruno Alexander. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.